

## Sumário

<b>Introdução: Fragmentos de Dogmática Ético-Jurídica .....</b>	<b>1</b>
<b>Parte I - Temas de Teoria Geral da Ética .....</b>	<b>5</b>
1.1 “Uma Pessoa Ética”: sobre Senso Comum e Ciência.....	5
1.2 Ética, Moral e Liberdade .....	6
1.3 Qual a serventia do estudo da ética? .....	8
1.4 Somente há uma “ética” verdadeira na vida social? O direito como mínimo ético .....	9
1.5 Ética e direito como formas de controle social .....	12
1.6 As normas éticas nas sociedades contratualistas: a positivação principiológica.....	15
1.7 A ética no campo jurídico profissional .....	17
1.8 Reflexões éticas no horizonte atual .....	18
1.8.1 A vida no mundo virtual e a expectativa de um modelo comportamental .....	18
1.8.2 Há limites éticos para a dominação científica? .....	19
1.8.3 Há limites éticos para a acumulação individual? A questão da pobreza extrema.....	20
1.8.4 A ação humana e a manutenção do equilíbrio ambiental .....	20

**Parte II – Ética no Campo Jurídico Profissional.....23**

2.1 Ética na magistratura .....23

2.1.1 O magistrado ético de acordo com a  
Constituição Federal de 1988.....24

2.1.2 O magistrado ético de acordo com a Lei Orgânica  
da Magistratura Nacional (LOMAN).....25

2.1.3 O magistrado ético, de acordo com o  
código de Ética da Magistratura Nacional.....28

2.1.3.1 Sobre os princípios gerais contidos  
no Código de Ética .....28

2.1.3.2 Sobre a independência no  
exercício da magistratura.....29

2.1.3.3 Sobre a imparcialidade.....29

2.1.3.4 Sobre a transparência.....32

2.1.3.5 Sobre a integridade pessoal e  
profissional do magistrado.....33

2.1.3.6 Sobre a diligência e a dedicação do  
magistrado: um hard worker .....35

2.1.3.7 Sobre a cortesia do magistrado:  
o comportamento civilizado .....35

2.1.3.8 Sobre a prudência do magistrado:  
a figura do sábio.....36

2.1.4 Como se impõem as normas éticas? Sobre as penalidades em caso de violação das normas éticas .....	37
2.1.5 O controle do comportamento social do magistrado na era da vida social virtual .....	41
2.1.6 O sistema institucional de controle .....	43
2.1.7 Casos concretos de violação ética analisados institucionalmente .....	45
2.1.7.1 O caso do assédio moral como violação ao dever de atuação cortês, digna, honrada e decorosa do magistrado .....	45
2.1.7.2 “Juizite” como exemplo de falta de integridade: o caso da prisão ilegal dos funcionários da companhia aérea .....	49
2.1.7.3 A urbanidade em questão: o advogado “leviano”? .....	51
2.1.7.3 A juíza amiga: sobre a imparcialidade na relação com os advogados .....	53
2.1.7.5 O desembargador desleixado: sobre o dever de fiscalização do magistrado.....	53
2.1.7.6 O e-mail “infeliz”: um caso sobre a urbanidade e cortesia no campo .....	55
2.1.7.7 Funcionários de peritos trabalhando na secretaria da vara: uma vantagem recebida pelo magistrado que afeta a sua imparcialidade?, .....	57

2.1.7.8 O desembargador que vendia sentenças ou “do magistrado parcial” .....	60
2.2 Ética no Ministério Público.....	62
2.2.1 O promotor exemplar de acordo a constituição .....	64
2.2.2 O procurador ético de acordo com o Estatuto do Ministério Público da União (LC. 75/1993) .....	66
2.2.3 O promotor ético de acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público .....	69
2.2.4 Código de ética e de conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União.....	71
2.2.4.1 Tipos éticos estabelecidos pelo código .....	72
2.2.5 Sistema institucional de controle .....	81
2.2.6 Sobre as penalidades em caso de violação das normas éticas no Ministério Público.....	85
2.2.7 Casos concretos de violação ética analisados institucionalmente .....	88
2.2.7.1 O Procurador de Justiça em evento político: sobre a vedação da atividade política .....	88
2.2.7.2 A ética no cotidiano do trabalho institucional: os “deveres” funcionais em questão .....	89

2.2.7.3 O caso do promotor grosseiro — a questão da urbanidade.....	91
2.2.7.4 Procuradora da República no interior e estudante de medicina na capital: sobre a dedicação exclusiva ...	94
2.2.7.5.1 A briga no carnaval.....	95
2.2.7.5.2 O procurador do trabalho e a violência de gênero .....	96
2.2.7.6 A conduta ética na vida privada: as dificuldades do controle da vida virtual .....	97
2.2.7.6.1 O Procurador de Justiça e o post no Facebook: o respeito à moral institucional em questão .....	99
2.2.7.6.2 O post do promotor no Facebook: sobre o respeito às instituições e a conduta ilibada do membro do MP.....	100
2.2.7.6.1 A crítica do promotor ao juiz pelo Facebook: sobre o respeito à moral institucional.....	101
2.3 Ética na Advocacia .....	102
2.3.1 Sobre a independência da advogada.....	104
2.3.2 Sobre a integridade do advogado .....	108
2.3.3 Sobre a lealdade do advogado .....	110
2.3.4 Os “tipos” éticos.....	112

2.3.5 Os deveres do advogado ético .....	115
2.3.6 O advogado como o profissional que “ganha a vida” resolvendo problemas e os conflitos éticos decorrentes .....	117
2.3.7 A ética do advogado criminal .....	124
<b>Referências.....</b>	<b>127</b>
<b>Anexo I – O Desafio da Formação dos Magistrados .....</b>	<b>129</b>